

SESSÕES DO PLENÁRIO

60ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de agosto de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em função do falecimento, ontem, do deputado Eujácio Simões – que já foi presidente da Casa, deputado estadual, deputado federal, uma liderança incontestante do nosso estado, que teve uma carreira sempre pautada na decência, na dignidade, na competência, um parlamentar que, de fato, honrou os seus mandatos e honrou muito a Bahia –, eu queria solicitar que todos ficassem em posição de respeito para nós fazermos um minuto de silêncio em homenagem ao deputado Eujácio Simões.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

Queria aproveitar para registrar a presença do nosso amigo deputado federal, que também já teve a satisfação de ter sido deputado estadual. Fez aqui o seu curso, que foi extremamente bem feito, tanto que está brilhando lá em Brasília. Seja muito bem-vindo, deputado Cacá Leão!

Expediente despachado pela Presidência no dia 19 de agosto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Júnior Muniz comunicando que, por motivo de doença, esteve ausente nas Sessões dos dias 12, 13, 14 e 15/8/2019, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Rogério Andrade Filho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 1º e 5/8/2019.

Do Deputado Tum comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 6 e 7/8/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das sessões especiais: 40ª, 41ª, realizadas em 8 de agosto de 2019, 42ª, realizada em 9 de agosto de 2019 e a ata da 57ª sessão ordinária, do dia 12 de agosto de 2019. Termo de Abertura do dia 15 de agosto de 2019.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou entrando com uma moção de pesar – como foi falado há pouco, com um minuto de silêncio –, para esse amigo, colega de meu irmão Herculano Menezes, que também se foi e passou por esta Casa. É a vida. Às vezes, mesmo a gente sabendo qual é a sequência das nossas vidas, a gente ainda continua iludido. Mas é o que a gente tem que fazer, Targino e Srs. Deputados, aqui neste mundo. Claro que eu, pelo menos, a cada dia procuro fazer o melhor, porque isso aqui é um sopro, é uma passagem.

Falei com Eujácio há menos de dois meses. Ele me ligou. Era um grande amigo. Eu, mesmo sem ser deputado, naquela época convivi com ele, com Horacinho – que também se foi cedo – e com tantos outros, como Luís Eduardo, Luís Cabral, Zé Amando, Coriolano e tantos outros que se foram tão jovens deste mundo.

Então, estou entrando com uma moção de pesar para esse grande homem público, que por duas oportunidades foi deputado estadual, por mais duas foi deputado federal. Infelizmente, numa eleição em que teve 93 mil votos, por causa do tratamento estúpido – vamos dizer assim, não me cabe aqui analisar – do governador da época, Eujácio foi deixado sem assumir o cargo dia algum nesta Casa. Mas é a política. Nós que estamos na política sabemos que o jogo é bruto, que dois e dois não dá quatro, dá três, dá cinco.

Srs. Deputados, o ex-colega e amigo Cacá Leão estava aqui há pouco, e eu parabenizava, deputado Targino, o deputado Cacá. Claro que ele foi um dos trezentos e tantos deputados que tiveram a coragem, pelo menos – eu que critico sempre o Congresso, claro

que têm exceções, também tem de saber reconhecer –, tiveram coragem, deputado Targino, e votaram o projeto de abuso de autoridade, que tem causado tanta celeuma.

Ninguém, em sã consciência, vai defender que não se apure, que não se puna quem faz errado, seja poderoso ou não. Eu não entendo... Eu estava na Associação Comercial, há pouco tempo, há um mês mais ou menos, e soube que o nosso colega senador Angelo Coronel foi vaiado pelos comerciantes industriais da Bahia. Não posso afirmar, porque não sei o teor exato do seu discurso. Mas só vi que ele foi vaiado pela imprensa, porque ele disse que nos outros países se punem, se botam na cadeia os proprietários, diretores, mas não se quebram as empresas. E não entendi por que o vaiaram. O senador Angelo Coronel não é maluco para defender que não se puna, para defender que se acabe a Lava Jato. Ninguém em sã consciência vai falar uma asneira dessa. O que ele quis dizer é que as empresas poderiam ter sido protegidas e os donos presos.

Por exemplo, a Odebrecht tinha 150 mil funcionários, salvo engano, hoje me parece que está com 50 mil. A OAS também, a Camargo Corrêa, a Mendes Júnior, todas elas. Nós temos o exemplo aqui, para não irmos muito distante, do Estaleiro do Paraguaçu. Quantas pessoas investiram suas economias, jogaram tudo para colocar uma pousada, para colocar um supermercado, para fazer qualquer empreendimento a fim de ganhar o seu salário, a sua renda, e acabaram todos falindo totalmente, porque o Estaleiro Paraguaçu está completamente deserto.

Então, é claro que somos favoráveis a que se continue a Operação Lava Jato. Agora, o que não podemos admitir é que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o Deltan... Vou concluir, Sr. Presidente. Esse procurador, que eu acredito que imaginava ou imagina que é Deus, combine, como nós vimos agora esses dias, com auditores da Receita lhe passando todos os dados sem autorização judicial. O Moro fazendo papel de acusador e de julgador. Quer dizer, em qualquer país sério, os dois já estariam na cadeia. E aqui no Brasil...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é como se não acontecesse nada. Digo claramente que ninguém é contra que se puna. Agora, tem de ser o Estado de direito, porque quando se começa a rasgar a Constituição – como esse Deltan do Powerpoint rasgou e todo dia vai mostrando aí nos vazamentos –, é ditadura. E ditadura nós sabemos qual é o resultado final.

Então, quero parabenizar a Câmara, a sua maioria. Espero que o presidente – ele é doido, mas acredito que ainda não está rasgando dinheiro –, que é o presidente Bolsonaro, que ele não vete integralmente o projeto que foi da Câmara, para que o Congresso, eu espero, não derrube o veto. Se houver alguma mudança, acredito até que possa acontecer, mas não que ele tenha coragem de vetar integralmente o projeto. Até porque juiz ou promotor – ou deputado, ou presidente da República, qualquer que seja –, se fez, tem de pagar.

Não é porque é procurador da República, como Deltan – vou concluir, Sr. Presidente –, que ele possa rasgar a Constituição, passar por cima de tudo e de todos, do Supremo Tribunal Federal, de tudo, e não respeitar nada. Até porque aí será ruim para todo

mundo, porque fora da legalidade, fora da Constituição é a barbárie que não atende ninguém. Nós temos exemplos no mundo, de outros países que foram por esse caminho, como a Venezuela, a Coreia do Norte e outros mais. O.k.?

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, companheiros que nos acompanham pela *TV ALBA*, a imprensa, todos que fazem parte desta sessão, quero hoje registrar que dei entrada na Casa a um projeto de lei que estende os benefícios da Lei Anticalote, Lei 12.949, de 14/2/2014, aos trabalhadores vinculados aos contratos de gestão com o Estado da Bahia.

A Lei Anticalote, como sabemos, foi muito importante porque trouxe garantias trabalhistas para os trabalhadores das empresas terceirizadas que prestam serviço ao Estado, já que essas empresas tinham o hábito muito ruim de atrasar salário e de não pagar rescisões. Com esse mecanismo legal, o Estado conseguiu assegurar todos os direitos trabalhistas desses trabalhadores.

Agora vivemos outra realidade, que são os trabalhadores vinculados a um modelo de contratação chamado contrato de gestão, especialmente, na área de saúde. E assim eu fui procurado por trabalhadores do Instituto Gerir, que administrou o Hospital Costa do Cacaú e simplesmente – no final do ano passado – fechou, encerrou o contrato e não pagou o salário de dezembro nem as parcelas rescisórias.

O sindicato, numa verdadeira via crucis, desenvolveu uma ação para que, na Justiça, o Estado retivesse as últimas parcelas dessa empresa e elas fossem dirigidas ao pagamento dos trabalhadores de saúde. A mesma coisa acontece aqui com outro instituto, o Hygia, vinculado à Maternidade José Maria de Magalhães.

Então virou fato comum organizações sociais integrantes da gestão de unidades de saúde darem calotes nos trabalhadores. Entretanto devo ressaltar que não são todas as organizações sociais que assim procedem, já que muitas delas são muito respeitadas. Mas esse expediente tem ocorrido com alguma frequência.

Pois bem, para proteger os trabalhadores, para evitar que eles fiquem sem o salário do mês trabalhado e para que eles tenham asseguradas as suas parcelas rescisórias, dei entrada a esse projeto de lei que estende todos os benefícios da Lei Anticalote para os trabalhadores que têm vínculo com as organizações sociais que tenham contrato de gestão com o Estado da Bahia.

Creio que essa matéria vai beneficiar milhares de trabalhadores, pois trará mais segurança e maior proteção. E isso vai refletir na qualidade da prestação do serviço público, porque os trabalhadores terão garantido o seu devido direito de receber o salário no final do mês. E também terão a garantia de que receberão as suas parcelas rescisórias quando acabar o vínculo empregatício com essa empresa ou quando acabar o contrato dessa organização social com o governo do estado.

Espero que esta Casa se debruce sobre essa matéria e que a gente possa aprovar esse importante projeto de lei, que vai trazer mais garantia e mais segurança para os trabalhadores e, conseqüentemente, proporcionará um melhor serviço público ofertado à população.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria aqui também saudar toda a população de Dom Macedo Costa, que no último dia 16, sexta-feira, fez uma bonita festa para celebrar o padroeiro da cidade, São Roque. Estive lá na companhia do prefeito Guito, do vice-prefeito Sinhozinho e dos vereadores, quando fui mais uma vez recebido com muito carinho pela população. Parabéns também a Igreja Católica, que fez uma bonita cerimônia.

Quero ainda registrar a minha presença e participação na festa do padroeiro da cidade de Antônio Cardoso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) também São Roque, na última sexta-feira. Essa festa se estendeu até o último domingo.

Cumprimento o prefeito Toinho Santiago, a vice-prefeita Lu, toda a equipe de secretários e os vereadores pela bonita festa que ocorreu nesse final de semana em louvor a São Roque, padroeiro de Antônio Cardoso.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Com palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Senhoras e senhores, boa tarde a todos e a todas.

Hoje, eu gostaria de falar a respeito do Projeto de Lei nº 7.596/2017, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, que foi aprovado de forma simbólica, sem as devidas construções, as devidas deliberações por parte dos parlamentares, já que foi votado em regime de urgência. Portanto, não foi debatido amplamente no Congresso Nacional.

Esse projeto tem pontos interessantíssimos, transformando em hediondos os crimes contra a Administração Pública, a exemplo da corrupção ativa e passiva; transformando também em crime o caixa 2, inclusive aumentando as penas de corrupção praticada contra a Administração Pública.

Mas esse projeto, além de ter esses elementos que considero importantes para a democracia, para o combate à violência, especialmente à corrupção no país, tem também os chamados “jabutis” inseridos no corpo texto, em que se prevê uma série de outras situações que não são a temática principal. Mas eles foram inseridos no corpo do texto numa forma abusiva de tentar impor algumas condições.

Uma das questões polêmicas que foi tratada nesse projeto de lei, que foi aprovado simbolicamente, em regime de urgência, trata do uso de algemas. Segundo o art. 17, essa lei torna abuso de autoridade: (Lê) *“Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou de qualquer objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco à integridade física do próprio preso, da autoridade ou de terceiro”*.

Só isso estabelece uma pena de 6 meses a 2 anos de prisão. E pode ser aplicada em dobro se a utilização de algemas for aplicada a menores de 18 anos.

Interessante que nós temos aqui diversas reportagens mostrando, no Brasil inteiro, situações em que policiais foram mortos dentro de delegacias – inclusive por adolescentes, por menores de 18 anos – por indivíduos que reagiram pelo fato de estarem sem algemas. Repito, simplesmente por estarem sem algemas, reagiram e mataram policiais. Esses fatos são bastante comuns: (Lê) *“Preso jovem que matou policial dentro de delegacia”*; *“PM e bandidos são mortos dentro de delegacia no Rio de Janeiro”*; *“Preso mata policial dentro de delegacia e fere outros dois”*; *“Preso tenta escapar após soltar as algemas”*.

Então esses são apenas alguns exemplos – estão recheados nas mídias – apontando a necessidade, em alguns casos, de se restringir, sim, o movimento de indivíduos, seja ele maior ou menor de 18 anos. Quem tem a capacidade efetiva de definir se o indivíduo deve ou não ser algemado são os policiais, que são técnicos. Eu tenho que avaliar especificamente a sua compleição física, a sua condição psicológica naquele momento e uma série de outros fatores.

E o mais grave é o que está no art. 178 do ECA, que diz assim: (Lê) *“O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade”*

De acordo com esse artigo, fica como se todo policial não pudesse conduzir o preso em compartimento fechado de viatura. Mas a lei não diz isso. A lei diz que o errado, o ilegal não é transportar em compartimento fechado, mas, sim, transportar em compartimento fechado em atitude vexatória, atentatória contra a sua dignidade ou a sua segurança.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, meus amigos, a gente precisa de fato discutir essas questões legais de maneira mais ampla, de maneira mais participativa, com todos os membros do Congresso Nacional, respeitando e observando, principalmente, os critérios técnicos.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Para concluir, deputado.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Temos agentes policiais na Polícia Civil, da PM, no Corpo de Bombeiros especializados na área que podem perfeitamente colocar suas ideias à disposição para serem debatidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, pessoal da tribuna, do cafezinho, da TV ALBA, da Taquigrafia, do apoio, pessoal de casa que está nos vendo pela televisão, eu estive em Irecê na sexta-feira, dia 16/8, ao lado do nosso governador “Correria”, o melhor do Brasil, do prefeito Elmo Vaz, do secretário de Infraestrutura, Dr. Marcus, e do secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas.

Lá, nós tivemos a oportunidade de acompanhar o prefeito Elmo e o governador numa série de inaugurações importantes na cidade, como a pavimentação asfáltica entre o campus da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e o Mercado do Produtor, e a requalificação da Av. Adolfo Moitinho.

O nosso governador também autorizou a publicação do edital de licitação para a recuperação da BA-148, nos trechos que passam por Irecê, Ibititá, Ibipeba e Barra do Mendes, que beneficiará 74 mil pessoas. A obra terá um investimento de R\$ 10,7 milhões.

O governador ainda autorizou a licitação para a implantação da Hemodinâmica Cardiológica do Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho, o investimento é da ordem de R\$ 2,9 milhões. Isso aqui é um pleito da nossa sociedade, um grande presente que o governador está dando para o nosso povo. E agora nós vamos cuidar do coração do nosso povo e também daqueles que se tratam contra o câncer. Essas obras terão início até dezembro deste ano.

Na oportunidade o nosso governador também assinou a ordem de serviço de licitação para o trecho da BA que liga Irecê a Barra do Mendes. Eu, inclusive, quero destacar para o povo de Barra do Mendes que nós fizemos a Indicação nº 22.896/2009, de 27 de março de 2019, reforçando o pedido do prefeito Galego, daquela cidade. E o governador anunciou essa obra do complemento da estrada de Irecê a Barra do Mendes até o Distrito de São Bento, são 5 km que vão beneficiar aquela população.

Queria também dizer para o povo de Irecê, para o prefeito Elmo, parabenizar pelo seu trabalho e dizer que não se incomode com arrogância, com calúnia, com difamação, com intimidação, com mentiras, com *fake news*, prefeito. Continue o seu trabalho, que o povo de Irecê, com certeza, está reconhecendo e vai saber reconhecer na hora certa. Estamos juntos nessa caminhada pelo bem da nossa terra.

Em seguida, na mesma noite, eu viajei para o Extremo Sul da Bahia, deputado Rosemberg, é sebo nas canelas. Eu estive em Guaratinga, no sábado pela manhã, correndo trecho, onde eu encontrei com companheiros do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores. Quero saudar aqui o companheiro Rafael Gandhi, o vereador Radiola, companheiro Pil, tratamos sobre a conjuntura local, a política local, discutimos sobre eleições no PT, mas discutimos também sobre os problemas da cidade. Infelizmente, o Banco do Brasil daquela cidade vai ser fechado, transformado num posto, mais uma medida desastrosa que afeta a vida dos baianos e o povo daquela terra está muito revoltado, a sociedade civil daquela terra.

E queria também dizer para o povo da Bahia que o companheiro Rafael Gandhi, um jovem... Saí de lá com convicção de que ele está crescendo bastante e, com certeza, o ano que vem o nosso partido vai ter um candidato a prefeito daquela terra com chances reais de ganhar as eleições.

Estive também em Itamaraju, no Extremo Sul, onde participei de uma grande plenária em apoio a nossa chapa estadual, a 400 - Mais Unidade, Mais Avanços: Lula Livre, para o processo de eleições diretas do PT, no próximo de 8 de setembro. E a nossa pré-candidatura para presidente estadual do PT baiano. Também recebemos apoio da chapa nacional 270 - Optei pelo Socialismo: Lula Livre.

Várias lideranças políticas e sociais de Itamaraju estiveram presentes: os vereadores Supergil e Marcos, a ex-vereadora Ju, Dalva, Lixer, Omário e Dr.^a Isabel...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Segue aqui o nosso abraço e o nosso reconhecimento.

Também esteve presente o secretário nacional de movimentos populares. Amanhã eu sigo contando o resto, que o tempo está acabando, mas eu estive em Prado, em Alcobaca, em Medeiros Neto. Enfim, foi uma viagem importante, passei por Porto Seguro, revendo amigos, agradecendo os apoios e construindo a nossa caminhada rumo à presidência do Partido dos Trabalhadores no estado da Bahia.

Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Com a palavra, o deputado José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, todos que nos acompanham através da *TV Assembleia*. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer alguns registros importantes.

No último dia 15, o Tribunal Superior Eleitoral acatou a mudança de nome do Partido Republicano Brasileiro, PRB, para Republicanos. A homologação foi feita pelo ministro Jorge Mussi, do Tribunal Superior Eleitoral, que acatou o pedido do partido. Desde a fundação, em 25 de agosto de 2005, o Republicanos tem demonstrado força política nas urnas. A homologação feita pelo TSE marca um novo tempo para a legenda. No mês de maio o partido inaugurou suas novas instalações em Brasília num prédio moderno com quase 6 mil metros quadrados, onde funcionam o diretório nacional, a Fundação Republicana Brasileira - FRB e a Faculdade Republicana, primeira instituição de ensino superior ligada a um partido político. Então, quero aqui parabenizar a todos os republicanos baianos que continuam sendo o 10, que era o PRB.

E no dia 15, Sr. Presidente, tivemos nesta Casa... Eu não pude estar presente, mas o meu amigo deputado Jurailton Santos, como era uma sessão especial conjunta, fez uma justa homenagem ao Dia Mundial da Juventude, comemorado dia 12 de agosto. E alguns temas importantes foram discutidos aqui como as questões da depressão, automutilação e suicídio que se tornam hoje um grave problema de saúde pública.

Então, não pude estar presente, mas o deputado... Deixei aqui as minhas considerações importantes para a juventude baiana e não poderia deixar de estar aqui nesta tribuna, nesta semana que começa fazendo esse registro.

Hoje, Sr. Presidente, na sala deputado José Amando, nós da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa desta Casa, da qual eu sou presidente e a deputada Maria del Carmen é vice-presidente, nós estivemos reunidos com a presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, Cidoso, a deputada Lídice da Mata. Tivemos uma discussão importante na qual a deputada apresentou os projetos que estão tramitando sobre a reforma da Previdência, que já passou, plano de saúde, a violência financeira que existe contra os idosos, a feminização do envelhecimento, o mercado de

trabalho e turismo para os idosos. E, na oportunidade, eu pedi que a deputada também acrescentasse temas que precisam ser discutidos, como eu já tenho falado sempre nesta tribuna, que é preciso alertar os prefeitos de todo o Brasil, em especial no caso da Bahia, porque a maioria dos municípios da Bahia não tem o conselho municipal do idoso.

Como é que podemos discutir as políticas públicas para os idosos, em defesa dos idosos? Como é que podemos discutir o estatuto do idoso se na maioria dos municípios não têm, ainda, não foi criado o conselho municipal para os idosos? E, além disso, dentro do próprio conselho municipal, não criaram também o fundo municipal para os idosos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vamos também discutir, ainda... foi abordado também que na Bahia o Conselho Estadual do Idoso existe, mas o Fundo Estadual para o Idoso ainda não está, não foi implantado, não foi ainda efetivado aqui no estado da Bahia para que o governo do estado possa investir nas políticas públicas para os baianos.

E aqui, Sr. Presidente, quero dizer que no sábado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foi inaugurado em Feira de Santana o Centro de Convivência do Idoso. Não pude estar presente, mas também levei ao conhecimento da deputada Lídice da Mata...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Para concluir, deputado amigo.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) para concluir, deputado Alan Sanches.

Fiz o convite à deputada para que a Frente Parlamentar do Idoso nesta Casa, juntamente com a Comissão do Idoso do Congresso Nacional possamos fazer a visita ao Centro de Convivência Zazinha em Feira de Santana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Com a palavra, em permuta com o deputado que vos fala, Paulo Câmara pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Líder Targino, Líder Rosemberg. Venho a esta tribuna, hoje, primeiro para ressaltar e parabenizar o deputado Antônio Henrique pela bela audiência pública que foi feita, na última quarta-feira, que traz um tema muito importante para nossa cidade, para nosso estado. E que a gente só vê e só ouve, deputado Tiago Correia, pelos blogs, pela televisão ou nas apresentações aqui na Assembleia, que é a famosa ponte Salvador-Itaparica, deputado Marquinho Viana, a famosa ponte Salvador-Itaparica.

Fiquei feliz, deputado Alan Sanches, presidente desta sessão, primeiro porque está conduzido por um grande homem, meu ex-professor, Paulo Henrique. Sei que está em boas mãos. Mas o que chama a atenção, deputado Hilton Coelho, são diversas alterações que o projeto vem sofrendo há quase 6 anos e ainda não está pronto, Líder Targino. Primeiro a mudança do vão, que era de 125 metros, baixou para 85 metros; equacionamento financeiro, mas está andando, Líder Rosemberg. Mas o “x” da questão, Líder Targino, é a equação financeira. Não adianta se falar em ponte, não adianta se falar em projeto, não

adianta vender essa propaganda “tamanho G”, porque é uma mentira “tamanho G”. Não existe recurso.

Primeiro, o governo precisa aportar R\$ 1,5 bilhão, deputado Hilton. E foi dito na audiência que não existe esse recurso. Vai se fazer um esforço para conseguir, vai se criar um fundo para poder obter; tudo no gerúndio, no futuro de pretérito. Não vai ter nada. Há quantos anos você escuta essa conversa aqui, Líder Targino, e efetivamente não sai do papel?

O segundo ponto que me chamou a atenção na apresentação, deputado Hilton Coelho, é que precisa de financiamento público, R\$ 2,9 bilhões. Quer seja do BNDES, quer seja de banco internacional: BID, BIRD, quem quer que seja.

E o que é que nós vimos na nota do *Valor Econômico* da última quarta-feira de manhã? O governo é tricampeão, para nosso desespero, para nosso orgulho. Tricampeão em não cumprir com a sua obrigação; tricampeão em não fazer o dever de casa; tricampeão em falar aquilo que não faz, deputado Hilton Coelho, porque ele tirou nota C. Ele foi reprovado, ele não passa em nenhuma matéria com essa nota, porque ele fica impossibilitado de ter recurso. Ele é um grande - para os organismos internacionais -, um grande agente público passível de dar calote. Essa é a imagem do governo do estado. Eu não estou aqui inventando, não estou fazendo politicagem, estou trazendo fatos, deputado Líder Targino, a esta Assembleia que precisam ser esclarecidos. Por que não fazer uma audiência pública com o secretário da Fazenda para saber se isso é mentira ou é verdade? Por que não trazer essa realidade aqui para dentro da nossa Casa? Por que não fazer esse debate aqui dentro? Aí, faz uma apresentação, faz uma propaganda, deputado Alan Sanches, do “tamanho G” e que, na verdade, é mais uma mentira, é mais uma propaganda. Aliás, de propagandas são campeões.

Aqui, eu quero parabenizar o secretário Andrezinho. Esse é imbatível, esse é realmente um secretário competente, que mostra aquilo que não consegue fazer. Mas a propaganda é do imaginário, é aquilo que a gente vê e as pessoas acreditam. Mas a verdade, Líder Targino, é que é mais uma promessa, mais uma coisa que não vai sair do papel tão cedo, por mais boa vontade que o meu ex-professor Paulo Henrique tenha e pela bela apresentação que foi feita. No papel, está tudo muito bonito, deputado Marquinho Viana, mas de concreto, de ação, de dizer que vai estar pronto em 2020, efetivamente não vai, porque até o canteiro de obra não vai poder agora. É até da Odebrecht. Foi feita uma proposta para o canteiro da Odebrecht, do porto, e a Odebrecht até agora não aceitou. Então, vai-se ainda se procurar um outro canteiro para que se possa fazer.

Então, são esses relatos que eu trago aqui dessa última audiência mais esclarecedora. Quero, aqui, parabenizar o deputado Antonio Henrique. Precisamos, sim, Líder Targino, Líder Rosemberg, trazer esse assunto para esta Casa numa audiência pública. Por que o secretário Manoel Vitória não vem aqui? Aliás, o governador só prestigia a Câmara Municipal. Será que está brigado com a Base do Governo, deputado Tiago Correia? O que foi que houve?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Custa o governador vir aqui e dizer se ele realmente foi reprovado, se ele realmente tem dinheiro em caixa e se ele realmente terá dinheiro para fazer tanta coisa?

Era isso, deputado Alan Sanches, e obrigado pela sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Obrigado, deputado Paulo Câmara.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, usando o art. 33, inciso I, gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, essa minha comunicação inadiável diz respeito a um registro que eu queria deixar nesta Casa sobre o falecimento, ontem...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Número do artigo, por favor?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Art. 33, inciso I.

(...) do ex-deputado estadual, ex-deputado federal Eujácio Simões. Eujácio foi um deputado aqui desta Casa, meu conterrâneo lá de Itororó, militou inicialmente na oposição ao projeto que eu defendia. Depois ele construiu pontes – também construí pontes – e nos encontramos cá na frente, na época do ex-governador Jaques Wagner, quando ele assumiu a Superintendência do Agronegócio da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia. Então, quero dizer que o ex-deputado Eujácio Simões vai deixar muita saudade para todos nós. Era uma pessoa, além de política, além de parlamentar, um ser humano extremamente agradável, sensível. Uma pessoa que nos acostumamos a encontrar em momentos de alegria, debatendo as questões sociais, mas com muita tranquilidade.

Ele nos deixou ontem, na madrugada. Participei do ato de cremação. Sei que hoje, aqui, o deputado Nelson Leal pediu um minuto de silêncio em homenagem à sua vida, mas eu quero deixar registrada a saudade que vai ficar dessa pessoa extremamente importante para minha cidade, Itororó. Começando pelo pai dele, que foi o primeiro prefeito na minha cidade, e depois ele, como uma pessoa extremamente determinada e uma pessoa com posições firmes, deputado Targino.

Eujácio era uma pessoa de uma independência muito grande. Ele tinha o seu lado político, aqui acompanhou o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, o ex-governador Paulo Souto, mas sempre com muita independência, sempre com uma posição muito bem definida. E quando ele tomava uma posição – eu disse inclusive ontem para a irmã dele –, ele dizia que a vida é feita de escolhas, e quando a gente escolhe um caminho, a gente vai caminhando por ele, independentemente das suas contradições. E ele era assim sempre que tomava uma posição.

Era uma pessoa que esteve à frente de todos nós, do ponto de vista da luta contra a discriminação racial. Foi uma pessoa que fez a defesa afrodescendente de uma forma concreta, direta, rompendo inclusive debates internos. E ele tinha uma posição muito firme nessa questão.

Então eu quero deixar registrado aqui que não o acompanhei como parlamentar nesta Casa, mas dizer que, como amigo, vai deixar muitas saudades para todos nós. Por isso que eu queria deixar registrado aqui esse ponto. Sei que está chegando o tempo, mas o deputado Targino estava inscrito. E eu queria deixar claro que, independentemente do

horário das 15h30, pudesse continuar, uma vez que nós não vamos utilizar o Grande Expediente. Eu poderia pedir uma verificação de quórum, mas quero, se o deputado Targino permitir, que ele utilize o tempo além das 15h30 e, depois, vamos para o encerramento da...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Deputado Paulo Câmara.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, o deputado Paulo Câmara já falou.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Não. Ele vai assumir aqui, porque sou o próximo orador.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então vamos combinar?

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Na verdade, ainda tem 2 minutos do Pequeno Expediente.

Ainda tem inscritos aqui: o deputado Alan Sanches, deputado Tiago Correia, deputado Júnior Muniz, Targino Machado, Marquinho Viana e Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Encerrava nesses aí. Retira Júnior Muniz. Marquinho Viana vai falar, e encerramos nesses que estão inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): O.k. Passo a presidência ao deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu gostaria de me associar...

(...) O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu gostaria de me associar às palavras do ilustre deputado que ora homenageou o ex-deputado Eujácio Simões. Então, Rosemberg, queria me associar a sua homenagem por tudo o que ele fez por nosso estado.

Passo o uso da palavra ao deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado.

Associo-me também às palavras elogiosas e saudosas proferidas para o nosso ex-deputado Eujácio Simões. Recordo-me muito dele naquela época. Ficou famoso na minha memória quando, numa eleição disputada, ele teve 99 mil votos, e não conseguiu ser eleito. Aquilo ali ficou marcado na minha memória. Imaginem, naquela época ainda, há 16 anos, 99 mil votos, e não ser eleito.

Bem, senhoras e senhores, eu começo hoje aqui dizendo o seguinte: caiu por terra o discurso de bom gestor do Sr. Governador do estado a partir do momento em que ele colocou... ele conseguiu colocar o nosso estado querido no Serasa. A Bahia hoje está no Serasa. Porque o cidadão comum, deputado Rosemberg, quando não paga as suas contas, ele começa a ser inscrito. Primeiro você recebe uma cartinha: “Olha, regularize a sua situação porque, senão, o seu nome será inscrito nesse cadastro de maus pagadores”. E a União – não foi o governo Bolsonaro, foi o governo passado ainda – inscreveu o estado da Bahia nesse cadastro. Hoje o estado da Bahia, digamos, como a gente sempre brinca, é “serasiano”, ele não consegue honrar os seus compromissos. E encaminhou para amanhã, aqui nesta Casa, um requerimento de solicitação, uma autorização para a solicitação, de um empréstimo para que esta Casa dê o aval.

Tiago, como vamos colocar aqui, deputado Tiago Correia, presidente – fica muito bem nessa cadeira, deputado Targino –, como?... Que responsabilidade esta Casa terá se

der esse salvo-conduto para que o governo do estado possa contrair um empréstimo quando ele não tem condição de pagar nem o que já está devendo?

É por isso que diversos representantes, prestadores de serviço, não conseguem ter as suas contas em dia, começam a pedir, pelo amor de Deus, a intervenção de alguém, normalmente de algum deputado, de algum secretário, para que possam solicitar que seja pago e honrado aquele compromisso que foi prestado, aquele serviço que foi prestado, mas, mesmo assim, com nota C, deputado Marquinho Viana. Ou seja, a fama de bom gestor caiu. “Não, ele é um bom gestor”. Como é um bom gestor, e não consegue honrar os seus compromissos? Ou seja, faz irresponsavelmente – e eu tenho certeza, deputado Rosemberg, que não é dessa forma –, mas será que faz de uma forma irresponsável contraindo mais empréstimos para fazer mais serviços que não vai conseguir honrar? Será? Eu não quero crer, deputado Hilton Coelho, que seja dessa forma.

Mas esta Casa amanhã começa a poder apreciar e saber se esses deputados, homens e mulheres honrados aqui, votados, que foram eleitos para representar a nossa sociedade, vão avalizar esse empréstimo quando o próprio governo federal diz o seguinte: “Olha, eu não posso dar o aval porque ele não está honrando os seus compromissos”. Porque só existe essa forma de você receber uma nota C, só existe uma forma de a União não poder avalizar os seus recursos. Sabe por que – fazendo um parêntese – a União tem que avalizar? Porque é ela que repassa um grande montante para o governo do estado, para todos os governos dos estados do nosso Brasil. E, sendo assim, ela já diz o seguinte: “Olha, avaliando os procedimentos fazendários e fiscais da Bahia, o governo do estado não conseguiu comprovar que tem condição de maior endividamento. Primeiro, ele precisa fazer o dever de casa, ele precisa honrar os seus compromissos para que, assim, ele possa contrair um empréstimo com o nosso aval”.

Então eu acho que esta Casa amanhã terá uma... Acho que meu horário está fixado, me perdi, não entendi ali...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Não soltaram o tempo, mas fique à vontade.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu gostaria de, dando continuidade... Esta Casa, amanhã... Eu fico meio sem saber como a gente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pode acompanhar. Mas... Não, eu só tenho 3 minutos, deputado Tiago.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pode concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: E, sendo assim, esta Casa amanhã terá essa condição e a responsabilidade de dar o aval ao que está errado, que é a gente avalizar um empréstimo para quem não pode contrair. Imagine, deputado Marquinho Viana, uma pessoa que vai lhe solicitar um dinheiro emprestado, e quando você olha...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a ficha corrida dessa pessoa, ela não paga a ninguém. Como é que a gente pode dar o aval, esta Casa, com a responsabilidade que nós temos, dar o aval para contrair um empréstimo desse tamanho?

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: E para concluir, nobre deputado, eu queria dizer que a Bahia é campeã. Ela se tornou agora a campeã do desemprego. De todos os estados que nós temos neste mundo afora, a Bahia conseguiu ser a campeã do desemprego do Brasil. Eu acho que isso a gente vai poder estar debatendo amanhã, porque hoje parece que esta sessão vai se concluir um pouco mais precocemente do que eu esperava, mas tenho certeza que amanhã esse tema vai ser abordado, não só lá na comissão conjunta, deputado Rosemberg, mas também no Plenário aqui à tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, nobre colega, convido-o de volta a presidir esta Mesa.

(O deputado Alan Sanches assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches): Queria passar a palavra a V. Ex.^a, ali na tribuna, permitir que faça o seu discurso, faça uso da palavra por até 5 minutos. Gostaria também de parabenizar, dizer que são muito bem-vindos vocês, estudantes da Escola Estadual Vera Lux, bem-vindos a esta Casa, aproveitem a estadia.

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, nobres colegas, servidores desta Casa, alunos que nos visitam hoje, sejam muito bem-vindos a esta Casa, amigos da imprensa... Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje à tarde é... para falar acerca de um projeto de indicação que apresentei, na semana passada, nesta Assembleia Legislativa, indicando ao Sr. Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Sr. Rafson Saraiva Ximenes, a instalação de uma DP especializada em defesa da mulher em Vitória da Conquista, Vitória da Conquista essa que congrega não só o município de Conquista, mas três municípios do Sudoeste – Brumado, Guanambi e Itapetinga – que fazem parte da comarca de Vitória da Conquista. Entre as 12 DPs existentes na 2ª Defensoria Pública Regional, não existe nenhuma DP especializada em defensoria da mulher...

E os números, Sr. Presidente, são alarmantes no nosso país, no nosso estado. E em Conquista não é diferente. Porém, entre as comarcas da Bahia, Conquista é a que menos concede medidas protetivas para as mulheres. Apenas 15,7% de medidas protetivas são concedidas em Vitória da Conquista. E quando comparamos com outros municípios, como Juazeiro, por exemplo, onde 69% das medidas são concedidas, em Camaçari 59%, em Salvador 45%, ficando Conquista perto de Feira de Santana, que tem também apenas 24% de medidas concedidas. E nós entendemos que isso se deve à falta de instrumentos públicos que favoreçam essas mulheres a tomarem e a buscarem as medidas cabíveis, principalmente nos casos de violência doméstica, em que envolve uma questão sentimental, em que envolve uma relação com o parceiro. E, muitas vezes, essas mulheres não buscam a justiça justamente por entender que não vão ter o seu pleito acolhido.

Então, é de extrema importância a instalação dessa DP em Vitória da Conquista. E nós, inclusive, vamos pedir uma audiência com o defensor público geral para que ele se sensibilize com esta causa, entendendo a importância dela. E lembrar que é uma demanda, inclusive, colocada pela própria população de Vitória da Conquista. O vereador Edivaldo

Ferreira Júnior foi quem acionou e encaminhou esse pedido, realizou audiências públicas, reuniões no município, para que essa medida seja tomada entendendo a importância dela.

Por isso, trago essa informação a esta Casa e peço ajuda dos colegas para que possamos, juntos, sensibilizar a Defensoria Pública do nosso estado para que seja instalada essa DP. Não sendo possível ampliar o número de 12 para 13 que, pelo menos, uma dessas 12 já existentes seja transformada numa DP especializada em defesa dos direitos da mulher.

Sr. Presidente, queria também deixar aqui o nosso abraço ao Sistema Brasileiro de Televisão – SBT –, que comemora hoje 38 anos. Por iniciativa do seu fundador, o apresentador Silvio Santos, que às 9h30 do dia 19 de agosto de 1981 assinava, ao vivo, em Brasília, a concessão da TV, começando assim a sua transmissão. E, após essa assinatura, que foi ao vivo, o primeiro programa transmitido foi *O Povo na TV*. Um programa que, àquela época, era um show de variedades, com entrevistados diversos, inclusive celebridades. Notícias com discussões polêmicas, fofocas e um quadro do Direito do Consumidor. E por que que eu trago essa informação? Para mostrar que há 38 anos Silvio Santos era extremamente atualizado. E hoje tudo o que ele, naquele momento, apresentava é o que as televisões populares trazem no dia a dia, apresentando à população. Então, Silvio Santos, há 38 anos, estava à frente e o programa que ele apresentava, se fosse apresentado hoje, *O Povo na TV*, seria extremamente atual.

E também parabenizar a todos os ciclistas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Hoje, dia 19 de agosto, é o Dia Nacional do Ciclista, categoria essa que cresce muito em nosso país, cresce muito em Salvador. É enorme o número de ciclistas que surgem a cada dia pedalando. Nós temos o ciclista que usa a bicicleta, deputado Marquinho Viana, para ir ao trabalho, usa a bicicleta como meio de locomoção. Nós temos as pessoas que usam a bicicleta como meio de recreação, pedalando às noites da semana, nos finais de semana...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana): Para concluir, deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) e temos os ciclistas que usam a bicicleta para praticar o seu esporte...

Então, nós que tivemos um mandato, deputado Hilton Coelho, naquela Casa, de vereador pautado sempre em políticas públicas em prol do ciclismo também aqui nesta Casa estamos tentando desenvolver o nosso mandato sempre lembrando e propondo medidas que sempre valorizem e preservem a vida do ciclista.

Então um salve aos ciclistas hoje pelo seu dia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hilton Coelho): Obrigado, deputado Tiago.

Queremos também saudar a presença dos estudantes e das estudantes do Colégio Estadual Vera Lux. Dizer que é muito importante vocês estarem aqui acompanhando a política institucional, especialmente no momento que nós vivemos no nosso país de tanta

possibilidade de perda de direitos para a geração atual e para a geração de vocês como trabalhadoras e trabalhadores.

Então muito obrigado por estarem presentes, os professores também e registrar a presença dos representantes do Sindicato dos Servidores do Ministério Público que estiveram aqui para protestar contra esse projeto de transformação de 25 vagas de promotores do Estado da Bahia em 400 vagas de cargos comissionados.

Então para nós isso pode representar um retrocesso muito grande e é uma posição contraditória do nosso governo. O Ministério Público precisa realmente de um acompanhamento em relação a esse projeto que tramita em nossa Casa.

Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, eu queria aqui também ser solidário a todos e deixar aqui o meu pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual e federal Eujácio Simões, conterrâneo aí do nosso amigo e Líder do Governo Rosemberg Pinto.

Eu não era deputado no período em que ele foi deputado estadual aqui, mas era funcionário desta Casa no período em que ele foi presidente e exerceu seus mandatos. Foram 2 mandatos de deputado estadual.

Então eu queria deixar aqui meu pesar para toda a família, filhos e netos pelo falecimento de uma pessoa que contribuiu muito para o nosso estado.

Eu queria, nobre presidente, deixar registrado aqui e cobrar que existe um projeto de lei de minha autoria tramitando nesta Casa, Projeto de Lei n.º 23.426/2019 que trata de uma coisa importante para os municípios, em especial da Bahia. Nós sabemos que as coisas acontecem é no interior, em todos os municípios. É lá que as pessoas vivem e que as coisas acontecem.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a de número 101/2000, apertou um pouco os municípios. Os municípios que estão inadimplentes não podem fazer convênios e contratos junto ao governo do Estado. E a lei, como é de 2000, precisa ser alterada. Eu acho que os deputados federais deveriam atualizar essa lei porque já existe uma portaria interministerial, a Portaria n.º 507/2011, que permite que os municípios que estão em situação... que estão inadimplentes possam assinar convênios na área de saúde, educação e assistência social.

Então muitas vezes os prefeitos se elegem, recebem a prefeitura toda inadimplente. Levam aí às vezes 1 ano, 2 anos para conseguir, às vezes na Justiça, que a prefeitura fique apta para receber esses convênios.

Então, enquanto isso a população sofre porque os recursos não poderão entrar no município, o de convênio, e os municípios não podem melhorar a vida de todos os seus cidadãos.

Então, com esse projeto de lei aqui, baseado nessa portaria interministerial, eu queria pedir celeridade à Comissão de Constituição e Justiça, para que permita aos municípios, não juntar aquele monte de documentos para assinar os convênios. São áreas prioritárias, área de saúde, área de educação e assistência social. Muitas vezes você precisa assinar convênio de manutenção, às vezes de hospital, às vezes de uma reforma de um

prédio, às vezes na compra de um equipamento cirúrgico, às vezes numa melhoria na escola. Então, fica impossibilitado.

Então eu queria aqui, nobre presidente, deixar registrado e pedir, cobrar ao nosso presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que assim que sair o prazo de apresentar as emendas, que ele faça um esforço para ser aprovado naquela comissão e venha a plenário. Isso ajudará muito os municípios aqui do nosso estado, muitos deles encontram a prefeitura inadimplente, por isso, é uma matéria importante.

E, também vou cobrar aos deputados federais, aquele é claro, que eu tenho parceria nos municípios, que peçam uma revisão na Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 2000, são 19 anos, e é claro que precisa ser atualizada. E nós que vivemos no município, eu digo nós vivemos, porque eu sou do município de Barra da Estiva, e vejo a dificuldade que a prefeitura se encontra. Nós deixamos a prefeitura de Barra da Estiva toda em ordem, toda em dia, para que o prefeito pudesse trabalhar e buscar os recursos, e ele realmente não faz nada, porque é muito preguiçoso. Era assim também no período de seu pai e continua ele, o filho, preguiçoso e incompetente.

Hoje nós temos o hospital...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para concluir, Sr. Presidente, o hospital não é do município, mas o hospital, você que é médico, Targino... estou falando aqui de Barra da Estiva, um hospital de 94 leitos, funcionando hoje com 82 leitos e dois centros cirúrgicos. E você que é médico, Targino, sabe que para se fazer uma curetagem uterina, uma coisa simples que qualquer clínico geral faz, tem que desembolsar hoje, em torno de R\$ 1 mil, R\$ 1,5 mil.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não se faz nada! Eu tenho um escritório montado na minha cidade que funciona como posto de saúde, e todos os dias as pessoas precisam de apoio.

Para concluir e agradecer a tolerância, presidente, eu queria só deixar registrado aqui a importância desse projeto de lei para que os municípios consigam receber, principalmente, nas áreas prioritárias.

Obrigado pela tolerância e obrigado a todos os deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Hilton Coelho): Muito obrigado, deputado Marquinho Viana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hilton Coelho): Com a palavra, agora, o deputado Targino Machado, Líder do Bloco de Oposição na Casa.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, a imprensa aqui está batendo mais ponto do que os deputados, é maior o número na tribuna da imprensa do que a representação parlamentar aqui no plenário. Fogo de alegria por um lado e tristeza por outro, mas vamos tocar o barco assim mesmo.

Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero na tarde de hoje, voltar a falar da BA-120, notadamente, entre dois trechos dela: um, que liga a sede do município de Ipecaetá até o entroncamento de Serra Preta, que é uma outra BA,

a 052, conhecida como Estrada do Feijão, que é intrafegável, e, infelizmente, um outro trecho que liga o município de Serra Preta até a BR-324, no trecho entre Tanquinho-Ba e Riachão de Jacuípe, que foi inaugurada, com muita festa, há poucos anos, mas o asfalto que colocaram lá parece que é um asfalto “sonrisal” que quando molha derrete, vira efervescente.

Queria pedir a S. Ex.^a, o Governador, que deixasse de fazer a propaganda enganosa, distribuir *outdoor* pelo estado da Bahia dizendo que recuperou, que fez 5 mil quilômetros de estradas. Isso só acontece, porque o TCE é conivente e porque o Ministério Público não está adotando as medidas que deveria adotar, porque o Ministério Público deveria agir de ofício e solicitar a S. Ex.^a, o Governador, que apontasse, ao invés da propaganda genérica, ele apontasse qual foi o quilômetro, dos 5 mil, que ele construiu.

Infelizmente, Sr. Presidente, a Bahia tornou-se campeã em índices negativos na educação, em índices negativos na saúde pública, nessa famigerada regulação que nada mais é do que o corredor da morte, onde as pessoas ficam lá esperando o dia de morrer, porque não chega a regulação.

A Bahia se tornou já há muito tempo campeã em homicídios, mortes violentas. E agora também campeã em desemprego por falta de investimento público, por falta de política desenvolvimentista na Bahia, essa é a tristeza. E que saudade, que inveja... olhe, eu abomino alguns pecados, há alguns pecados até que a gente passa a mão pela cabeça, mas há outros que são abomináveis. E a inveja, eu abomino, mas tenho sentido na alma, no coração, uma inveja de um estadozinho, pequenininho, que está lá embaixo junto ao Extremo Sul da Bahia, o Espírito Santo, que, apesar do seu diminuto tamanho, tem tido gestões responsáveis e é o único estado da Federação com nota “A”.

Enquanto isso, nós estamos aqui fingindo que trabalhamos. Vamos amanhã fazer de conta que vamos trabalhar numa Comissão Conjunta para analisar um projeto para o governo do estado tomar emprestado US\$ 40 milhões, quando, na verdade, o governo da Bahia não pode...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tomar dinheiro emprestado, porque está com sua capacidade comprometida, porque agora é letra C, C de calote. Era letra G, agora é C, C de calote. Governo caloteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hilton Coelho): Com a palavra o Líder do governo na Assembleia, deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores e servidoras, presidente Hilton, fiz o registro aqui da perda do ex-deputado Eujácio Simões e agora eu venho a esta tribuna porque ouvi aqui o meu querido amigo, o deputado Paulo Câmara, falar sobre a ponte Salvador-Itaparica e sobre a situação fiscal do estado da Bahia.

Ora! Primeiro, disse no seu discurso da ausência do estado aqui, na Assembleia, que foi à Câmara, e cita, inclusive, o secretário Manoel Vitorio. O secretário Manoel Vitorio esteve há 15 dias aqui, nesta Casa, apresentando os números da situação fiscal do estado, e havia apenas um único deputado da Oposição, o deputado Luciano Simões. Ele estava presente, acompanhou e debateu os pontos, porque, obviamente, tinha interesse em compreender a situação fiscal.

Há, deputado Targino, um equívoco em relação à forma de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional. A Bahia é o segundo estado de menor endividamento do Brasil, tem menor endividamento do que o estado de São Paulo. Nós só perdemos para o estado de Pernambuco.

Acontece que o presidente Temer, à época, talvez orientado por lideranças daqui, da Bahia, autorizou a Secretaria do Tesouro Nacional a fazer uma alteração na forma de analisar a situação financeira dos estados e de classificar o estado da Bahia, que sempre esteve nas melhores condições para fazer qualquer tipo de empréstimo, porque é um estado com capacidade financeira, capacidade de empréstimo, com o segundo menor endividamento do Brasil.

Lamentavelmente, é por isso que, às vezes, a política é tida como algo secundarizado, no afã de tentar prejudicar a Bahia, modifica no meio do jogo a regra e coloca o estado da Bahia numa condição de inacessibilidade a determinados empréstimos se tiver que ter validade do Tesouro Nacional, o que não é o caso desse empréstimo que nós vamos debater aqui amanhã.

Talvez os deputados... Sempre digo aqui que nós precisamos estar lendo mais, nós precisamos estar estudando mais. A própria legislação fala, inclusive, que qualquer tipo de investimento para a melhoria da gestão do estado está fora dos limites que preconizam a legislação financeira nacional para essas questões.

Então, às vezes, a gente faz um discurso aqui, no afã de tentar bater no governo, que o estado da Bahia é caloteiro, que é isso, que é aquilo... Não, o estado da Bahia não é caloteiro. O estado da Bahia está honrando os seus compromissos.

Às vezes alguém vinculado a um partido que governa algum dos estados vem aqui e coloca a Bahia numa situação secundarizada, quando o estado governado pelo seu partido sequer está pagando em dia o salário dos seus funcionários.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ou seja, eu lamento que, às vezes, a gente faça um debate rebaixado e em vez de a gente debater as ideias a gente passe uma ideia ruim do nosso estado. Eu quero dizer que o estado da Bahia é um estado importante, é um estado que precisa ser reverenciado em todos os momentos.

Quem faz a análise do estado da Bahia é o exterior. Quando os chineses vêm aqui não querem discutir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Hilton Coelho): Para concluir, deputado Rosemberg.

(...) com esse presidente maluco que aí está, querem discutir direto com os estados. E priorizam o estado da Bahia pelo seu comprometimento e pela sua seriedade no tratar tanto com os servidores como com os diversos empresários e fornecedores do estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hilton Coelho): Não havendo mais inscritos no Pequeno Expediente e sem quórum para a continuidade da sessão, declaramos a encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.